

PARECER SOBRE A BASE NACIONAL COMUM

A BNCC apresenta, na parte inicial da caracterização dos objetivos da disciplina Língua Portuguesa na escola, um posicionamento adequado sobre o papel da reflexão sobre as categorias gramaticais e as convenções da escrita. Fica evidente, no trecho a seguir, localizado na página 41 do referido documento, que se propõe que esses aspectos linguísticos não devam ser abordados como conteúdos independentes, desvinculados do objetivo maior que é a criação de situações práticas para que os alunos desenvolvam as habilidades de oralidade, de leitura e de escrita, necessárias ao domínio da língua materna. Esse posicionamento é coerente com a proposta dos Parâmetros Curriculares de Língua Portuguesa, conforme trecho reproduzido a seguir:

“A abordagem de categorias gramaticais (fonético/fonológicas, morfológicas, sintáticas, morfossintáticas) e de convenções da escrita (concordância, regência, ortografia, acentuação, pontuação etc.) deve vir a serviço da compreensão oral e escrita e da produção oral e escrita, e não o contrário. Dessa forma, os aspectos linguísticos abordados em atividades de leitura, escrita e oralidade podem ampliar os conhecimentos dos estudantes em relação a variedades que eles não dominam ainda, sem desqualificar as variedades de origem. Conforme o avanço na escolaridade, é esperado um aumento gradativo do nível de sistematização e de utilização de categorias gramaticais, sempre na perspectiva USO – REFLEXÃO – USO, e não, vale repetir, da acumulação de um rol de conteúdos desconectados das práticas sociodiscursivas da linguagem.” (BNCC, p. 41)

“Quando se pensa e se fala sobre a linguagem mesma, realiza-se uma atividade de natureza reflexiva, uma atividade de análise linguística. Essa reflexão é fundamental para a expansão da capacidade de produzir e interpretar textos. É uma entre as muitas ações que alguém considerado letrado é capaz de realizar com a língua. O ensino de Língua Portuguesa, pelo que se pode observar em suas práticas habituais, tende a tratar essa fala da e sobre a linguagem como se fosse um conteúdo em si, não como um meio para melhorar a qualidade da produção linguística. É o caso, por exemplo, da gramática que, ensinada de forma descontextualizada, tornou-se emblemática de um conteúdo estritamente escolar, do tipo que só serve para ir bem na prova e passar de ano — uma prática pedagógica que vai da metalíngua para a língua por meio de exemplificação, exercícios de reconhecimento e memorização de nomenclatura. Em

função disso, tem-se discutido se há ou não necessidade de ensinar gramática.

Mas essa é uma falsa questão: a questão verdadeira é para que e como ensiná-la. Se o objetivo principal do trabalho de análise e reflexão sobre a língua é imprimir maior qualidade ao uso da linguagem, as situações didáticas devem, principalmente nos primeiros ciclos, centrar-se na reflexão sobre a língua em situações de produção e interpretação, como caminho para tomar consciência e aprimorar o controle sobre a própria produção linguística. E, a partir daí, introduzir progressivamente os elementos para uma análise de natureza metalingüística. O lugar natural, na sala de aula, para esse tipo de prática parece ser a reflexão compartilhada sobre textos reais. ” (PCNs Ensino Fundamental. 1997, p. 30/31)

Entretanto, no subcapítulo da BNCC em que se apresentam os objetivos de aprendizagem da disciplina Língua Portuguesa, tanto no Ensino Fundamental como no Ensino Médio, esse posicionamento não é detalhado sob a forma de objetivos concretos, distribuídos por ano escolar de acordo com uma complexidade crescente, de modo que possa, efetivamente, funcionar como uma “base” curricular comum a todas as escolas brasileiras. Esse detalhamento é necessário porque a compreensão sobre a importância desse trabalho de reflexão linguística é muito diversificado e até superdimensionado, tendo em vista que, ainda hoje, 20 anos após a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais, grande parte do tempo das aulas de Língua Portuguesa é dedicado ao ensino da nomenclatura gramatical e a questões relativas à classificação de palavras e ao reconhecimento de funções sintáticas no âmbito da frase, sem o cuidado de relacionar essas categorias às situações concretas de uso – textos orais e escritos -, o que tornaria mais significativa a reflexão sobre os processos linguísticos.

Assim, no detalhamento dos objetivos, seria preciso indicar aos professores a necessidade de reconhecer que os alunos já possuem uma gramática internalizada e que esse conhecimento precisa ser explorado a fim de ampliar a sua capacidade de compreensão e expressão linguística. Dessa forma, os conteúdos gramaticais não seriam supervalorizados nem desprezados, mas considerados como meios para possibilitar o desenvolvimento de habilidades específicas necessárias à compreensão e à produção de textos variados, que atendam às necessidades de atuação nas diferentes situações sociais.

A distribuição dos objetivos da BNCC em “Práticas da vida cotidiana”, “Práticas artístico-literárias”, “Práticas político-cidadãs”, “Práticas investigativas” e “Práticas culturais das tecnologias da informação e da comunicação” atende às intenções propostas na concepção do componente curricular de Língua Portuguesa, relativas ao domínio da oralidade, da leitura e da escrita. Quanto ao processo de alfabetização, os objetivos estão detalhados no item “Apropriação do sistema de escrita alfabético-ortográfico e tecnologias da escrita”, para os três primeiros anos do Ensino Fundamental. Talvez fosse relevante criar um outro grupo de objetivos, com o título “Práticas reflexivas sobre as categorias gramaticais subjacentes às situações concretas de produção linguística”, para os demais anos, concretizando o que deve ser entendido como USO – REFLEXÃO – USO.